

DIRETOR-GERAL DA ANP, DÉCIO ODDONE, REVELA OS DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Décio Oddone é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estudou engenharia de petróleo na Petrobras. Recebeu o título de doutor honoris causa em Educação da Universidad de Aquino, na Bolívia.

Trabalhou na Petrobras e subsidiárias no Brasil, Angola, Líbia, Bolívia e Argentina. Foi presidente da Petrobras Bolivia S.A. de 1999 a 2004. De 2004 a 2008, foi Gerente Executivo responsável pelas atividades internacionais da Petrobras no Cone Sul. Em fevereiro de 2008 tornou-se Chief Executive Officer da Petrobras Energía S.A. Foi conselheiro da Petrolera Entrelomas S.A. e presidente do conselho de administração da Innova S.A., empresa localizada no polo petroquímico de Triunfo, RS.

Aposentado da Petrobras, ingressou na Prumo Logística S.A. em junho de 2015, como diretor de Projetos de Óleo e Gás, posição que deixou em novembro de 2016 para assumir a Diretoria Geral da ANP.



1) Qual o balanço que faz de sua gestão à frente da ANP?

Considero bastante positivo o balanço deste primeiro ano de mandato. As melhorias regulatórias adotadas na ANP possibilitaram o início da retomada do setor de petróleo e gás no Brasil. Em 2017 houve uma série de aprimoramentos regulatórios importantes, foi definido um calendário de rodadas e outras medidas para destravar investimentos. Pela primeira vez há uma abertura efetiva do mercado de gás natural, a criação de um mercado competitivo, aberto e diversificado no abastecimento e a possibilidade de desenvolvimento de uma cadeia de fornecedores e serviços diversificada e competitiva.

Nesse contexto, foram realizadas quatro Rodadas de Licitações com áreas que apresentam diferentes perfis de risco para atrair empresas com interesses distintos. A 14ª Rodada teve a maior arrecadação com bônus de assinatura da história dos leilões de concessão, superior a R\$ 3,8 bilhões. As duas rodadas de partilha arrecadaram ao todo R\$ 6,15 bilhões em bônus de assinatura e tiveram ágio de 260,98% (segunda) e de 202,18% (terceira) em oferta de excedente em óleo.

2) Quais desafios acredita que terá nos próximos anos com o foco de o Brasil se tornar autossuficiente de forma sustentável e exportador de petróleo?

Precisamos dar continuidade à retomada iniciada em 2017 para que o Brasil possa, cada vez mais, transformar suas riquezas naturais em desenvolvimento, empregos e bem-estar para a população. Esse é o nosso desafio.

A realização das rodadas previstas no calendário plurianual e o desenvolvimento de novos campos de petróleo e gás natural terão impactos relevantes na produção de

petróleo no Brasil nos próximos anos. Em 2018 haverá a 15ª Rodada de Licitações, a 4ª Rodada de Partilha e a oferta permanente de áreas. Na área de E&P, além dos leilões, a prioridade é a retomada dos investimentos nos campos maduros, especialmente na Bacia de Campos. Essas atividades irão demandar a contratação de bens e serviços e investimentos em infraestrutura, ampliar o conhecimento geológico das bacias sedimentares brasileiras e estimular o desenvolvimento tecnológico.

3) Uma série de transformações regulatórias estão sendo implantadas pelo CNPE e pelo MME. O que falta fazer para o alinhamento desejado pelo Governo Federal?

Se as grandes alterações já foram praticamente todas feitas, agora começa o desafio de aprimorar e tornar ainda mais atrativo o investimento no Brasil, consolidando a retomada iniciada em 2017. Nossa expectativa é avançar na direção de um mercado cada vez mais aberto, dinâmico e competitivo na indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

4) A Lei do RenovaBio, sancionada recentemente, é um passo importante para tornar o Brasil um produtor mundial de biocombustíveis e a transição para uma economia de baixo carbono? Qual a avaliação da ANP?

A ANP considera o RenovaBio como uma iniciativa fundamental para o País cumprir as metas firmadas na COP-21 e na COP-22. O RenovaBio é um programa do Governo Federal, com participação de diversos órgãos, entre eles a ANP. A iniciativa tem como objetivo traçar uma estratégia conjunta para reconhecer o papel de todos os tipos de biocombustíveis na matriz energética brasileira, tanto para a segurança energética quanto para mitigação de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa.

5) A estabilidade regulatória chegou? O mercado está confiante para investir no Brasil? E a competitividade com outros países?

O Brasil tem uma tradição de respeitar contratos, independente do governante. O sucesso da 14ª Rodada de Licitações de blocos no regime de concessão e da 2ª e 3ª Licitações de partilha, no pré-sal, recolocaram o Brasil no mapa dos investidores como um dos principais horizontes para novas descobertas de petróleo e gás no mundo. Os ótimos resultados foram consequência de um extenso trabalho de aprimoramentos regulatórios feito pelo Governo Federal e pela ANP, resultando em um ambiente de negócios mais atrativo para investimentos no setor.

O pré-sal tem uma produtividade extraordinária e concorre apenas com o Oriente Médio. O sucesso das rodadas de partilha da produção realizadas este ano mostra que há investidores que enxergam o grande potencial das áreas localizadas dentro do polígono do pré-sal. Já nos poços tradicionais de águas profundas a concorrência principal é com o Oeste da África e o Golfo do México.

6) Quais iniciativas serão adotadas pela ANP para viabilizar a implementação do RenovaBio?

As principais iniciativas a serem adotadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para viabilizar a implementação do RenovaBio foram apresentadas no workshop “Novas Etapas do Renovabio”, realizado em 01/02, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

O RenovaBio é parte da política energética nacional e tem como objetivos: contribuir para o atendimento aos compromissos do Brasil no âmbito do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima; contribuir com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, na comercialização e no uso de biocombustíveis; promover a adequada expansão da produção e do uso de biocombustíveis na matriz energética nacional, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis e contribuir com previsibilidade para a participação competitiva dos diversos biocombustíveis no mercado nacional de combustíveis.

Federação Brasilcom aponta preocupação com o RenovaBio

O diretor da Federação Brasilcom, Jefferson Rejaile, enalteceu a nobreza do projeto como transformador para o Brasil e o mundo, mas revelou as preocupações das distribuidoras de combustíveis. “Falando exclusivamente do mercado do etanol hidratado, onde será iniciado o programa, temos a preocupação com o modelo da geração do CBio pelo grande número de distribuidoras que vivem da inadimplência fiscal, que ultrapassa milhões em não recolhimento de tributos aos cofres públicos. As distribuidoras que recolhem seus impostos regularmente não conseguirão muitas vezes cumprir suas metas porque concorrem com as distribuidoras que sonegam. Cada produto comprado por essa distribuidora irregular gera um CBio e terá que ser comprado pela distribuidora que paga seus tributos para que possa cumprir as metas e acreditamos que isso vai gerar mais um financiamento para as atividades ilegais de algumas empresas”.

Rejaile questionou se há uma preocupação do governo com essa modelagem do programa e os impactos que pode causar nesse mercado que não é equilibrado quanto a questão fiscal. O diretor da ANP, Aurélio Amaral, reafirmou a crença no programa e a respeito da preocupação do Brasilcom, acredita que é mais uma questão de fiscalização e ajustes de regras tributárias com foco principal no estado de São Paulo, onde há maior ocorrência das “empresas barriga de aluguel”, como ele nominou. “Nenhuma regulação nasce pronta e alvo do seu objetivo. É um caminho e não dá para prever o futuro. Será sempre tentativa e experiência”, afirmou.

Com as metas de descarbonização e a emissão dos certificados chamados de CBio, a ideia é estimular o aumento da eficiência na produção dos biocombustíveis. As distribuidoras de combustíveis terão metas decenais de descarbonização, com revisões anuais, que serão definidas conforme sua participação no mercado que ocupa. Para cumprir as metas, elas precisam comprar os CBios.

A íntegra do workshop “Novas Etapas do RenovaBio” pode ser assistida nos sites do Brasilcom: www.federacaobrasilcom.org.br e www.brasilcom.com.br

COMBUSTÍVEL LEGAL



ENTIDADES QUEREM APROVAÇÃO DO PLS 284/2017 PARA COMBATER DEVEDORES CONTUMAZES DE IMPOSTOS

O Movimento Combustível Legal neste primeiro ano de 2017 tem um balanço positivo. Criado para realizar um amplo debate sobre as mazelas do setor e propor soluções, conta com mais de 60 mil apoiadores e conseguiu realizar eventos e fóruns de discussão junto a diversas entidades do governo e da sociedade civil; esteve fortemente presente na mídia; estimulou e apoiou o restabelecimento das forças-tarefas permanentes nos estados como as operações Olhos de Lince, De Olho na Bomba e Bomba Limpa; contribuiu para que a legislação sobre o devedor contumaz fosse aprovada em 4 estados e no âmbito federal apoiou a senadora Ana Amélia (PP/RS) na apresentação do PLS 284/2017, que visa regulamentar o artigo da Constituição Federal que permitirá caracterizar a figura do devedor contumaz de tributos.

Para o ano de 2018, o foco principal é a aprovação do PLS 284/17, que visa diferenciar em definitivo o devedor eventual do devedor contumaz. Entre as outras ações estão a uniformização das alíquotas de ICMS entre os estados; a atualização e simplificação da legislação sobre o processo de importação de derivados e assemelhados; a revisão da legislação para mitigar o grave roubo de cargas e a expansão e efetivação das forças-tarefas.

Como combater o devedor contumaz de tributos

Há uma confusão entre o sonegador de imposto e o devedor contumaz. Empresa que não emite a nota fiscal e não paga imposto é conhecida como sonegadora. Já o devedor contumaz de tributos é aquele que emite nota fiscal e não paga os impostos, mas vem conseguindo fugir da lei. Ele utiliza a inadimplência tributária como uma vantagem competitiva de mercado para reduzir seus preços e avançar sobre a concorrência de maneira desleal.

No Brasil, dever imposto não é crime. Com isso, o empresário pode ser cobrado, processado, julgado e condenado a pagar o que deve e, se não tiver como quitar o débito, fica com a dívida pendente, mas não sofre maiores punições.

O processo de cobrança tributária também é muito demorado. Começa com cobranças extrajudiciais do fisco até o ajuizamento de ação, que transcorre durante anos até o julgamento definitivo e sem garantia de recebimento ao final. Um processo desse em média leva mais de 10 anos e quando há condenação em muitos casos se verifica que a empresa é operada por alguém que apenas emprestou o nome para a operação, os famosos laranjas.

Operações assim lesam o consumidor e prejudicam a livre concorrência honesta e sadia, porque o devedor contumaz consegue vender seus produtos mais barato que a concorrência, ganha dinheiro rapidamente e depois monta uma nova empresa em nome de outro laranja e começa tudo novamente.

Infelizmente, o mercado de combustíveis padece de devedores contumazes que prejudicam os empresários honestos. É um mercado que movimentava grandes volumes rapidamente e com o não pagamento dos tributos, o mal empresário coloca tudo no bolso. Como a margem de lucro no setor de combustíveis é baixa, os empresários honestos não conseguem reduzir seus preços e acabam expulsos do mercado.

O que diz o PLS 284/2017

O Movimento Combustível Legal tem como seu principal foco em 2018 a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº284/2017, da senadora Ana Amélia (PP/RS), que prevê que União, Estados e Municípios possam estabelecer critérios para o cumprimento de obrigações tributárias, como, por exemplo, controle especial do recolhimento do tributo, manutenção de fiscalização ininterrupta no estabelecimento de sujeito passivo, antecipação ou postergação do fato gerador e concentração da incidência do tributo em determinada fase do ciclo econômico, entre outras medidas.

O projeto determina que a autoridade administrativa possa alterar a situação do sujeito passivo no cadastro de contribuintes para as modalidades suspensa ou cancelada. A suspensão tem lugar quando persistirem as infrações que motivaram a aplicação de regime especial, ou a empresa não possuir autorização do agente regulador ou do órgão fiscalizador competente. O cancelamento se justificaria por razões como evidências de que a companhia tenha sido constituída para a prática de fraude fiscal estruturada e pela produção, comercialização ou estocagem de mercadoria roubada, furtada, falsificada, adulterada ou em desconformidade com os padrões estabelecidos pelo agente regulador ou órgão fiscalizador competente.

A definição de regras claras de tributação e de fiscalização poderá agilizar as soluções e isso será benéfico não apenas para impedir a concorrência desleal, mas para evitar outras irregularidades que tragam prejuízos aos consumidores e ao meio ambiente. O projeto vai separar o devedor eventual, que às vezes enfrenta um problema e não paga o imposto por um período específico, mas depois faz um acordo e quita a dívida, daquele devedor que nunca paga o imposto.

Assim, o Judiciário conseguirá identificá-los de forma mais exata para tomar sua decisão. Além disso, poderá a Administração Tributária, em situações extremas, suspender ou cancelar a inscrição do devedor no cadastro de contribuintes, o que permitirá solucionar o problema em seu nascedouro, evitando o prolongamento de seus efeitos prejudiciais ao mercado e à sociedade como um todo.

COM A PALAVRA

UM ANO DE GRANDES DESAFIOS

No decorrer de 2017 procuramos subsidiar nossas associadas com discussões de assuntos relevantes do setor. Discutimos e alteramos a favor do setor propostas de leis; tivemos palestra sobre a proposta da reforma tributária feita pelo próprio relator Deputado Luiz Carlos Hauly; grupos de trabalho discutiram assuntos de interesse das associadas tais como o Porto Central, Porto de Miramar e Porto de Vila do Conde; participamos do grupo de trabalho que trata do Roubo de Cargas; assim como grupos de estudos de diversos assuntos como no Combate ao Comércio Irregular no Mercado de Combustíveis na SAEFAZ/SP, além de muitos outros trabalhos.

Tivemos várias ações nos Ministérios, apoiando o Programa Combustível Brasil e participando dos Comitês de monitoramento do Etanol e do Biodiesel no Ministério de Minas e Energia, participação em eventos e

ações junto à ANP, onde muitas vezes fizemos valer a opinião de consenso do Brasilcom. Tivemos também ações com grupos de trabalho em diversos estados junto as secretarias de estado, assembleias legislativas, Ipem, Inmetro, Ministério Público Estadual e Federal, Polícia Federal, Polícia Civil, enfim, em todos os órgãos da administração Pública, além de FIESP, FIEP, ABNT, UBS, entre outros.

Apoiamos e consolidamos os Sindicatos Estaduais que no decorrer do ano promoveram com sucesso as convenções coletivas de trabalho com os sindicatos laborais.

Apoiamos o Movimento Combustível Legal, com o propósito de ganhar força nos temas de interesse de nossas associadas.

Tivemos, portanto, um ano bem trabalhado, que nos proporcionou um grande crescimento no número de



Maurício Rejaile

Presidente do Brasilcom

associadas, gerando um aumento no percentual de participação no mercado nacional, o que nos dá ainda mais força para defender os nossos interesses para um mercado mais saudável para todos.

Os desafios serão ainda maiores para 2018 com a implementação do RenovaBio e a intensificação de esforços para aprovar o projeto de lei que pune de forma mais efetiva o devedor contumaz.

Um grande ano para todos nós.

brasilCOM DESTAQUES

BRASILCOM ACOMPANHA AÇÕES PARLAMENTARES

Desde abril de 2016 o Brasilcom e a Arko Advice estabeleceram parceria visando o monitoramento dos principais Projetos de Lei de interesse para a Federação, estejam eles tramitando no Senado, na Câmara ou em Assembleias Legislativas.

Os Projetos de Lei, quando propostos são informados ao Brasilcom, que em função do teor e interesse, estabelece uma prioridade para acompanhamento.

Em relação aos PLs de maior interesse, são agendadas visitas aos parlamentares ligados aos PLs para esclarecimento de alguns pontos de interesse da Federação. Nesta ocasião podem ser preparados e levados para os Parlamentares material (textos, apresentações) apresentando a Federação Brasilcom e para esclarecimento dos pontos dos projetos de interesse para a Federação.

COMBATE AO COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEIS, FRAUDES E SONEGAÇÃO

A Diretoria do Brasilcom tem participado de diversas reuniões, em diferentes órgãos, para discutir ações de combate ao comércio ilegal de combustíveis, as fraudes e as sonegações. As reuniões estão ocorrendo com o Ministério Público do Paraná e com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo.

RENOVABIO AVANÇA: O Brasilcom tem participado das reuniões do comitê

No mês de abril, o Comitê do RenovaBio - órgão colegiado de apoio técnico ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), formado para auxiliar na definição das metas nacionais de redução de emissões compulsórias para a matriz de combustíveis - iniciou as reuniões para discussão e monitoramento para o estabelecimento dos crité-

rios, diretrizes e parâmetros para a certificação de biocombustíveis e o credenciamento de firmas certificadoras.

Esse grupo será responsável pela consulta pública prevista na Lei do RenovaBio, que deve começar a partir de 30 de abril, onde será possível definir os limites de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) foi sancionada no dia 26 de dezembro de 2017 pelo presidente Michel Temer, após um ano de discussões, originando a Lei 13.676.

COMBUSTÍVEL BRASIL

O Brasilcom está atuante no Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB). A entidade é uma que compõe o grupo de discussão.